



## ***Barreiras enfrentadas pela população transgênero no atendimento odontológico: uma revisão narrativa***

Lucas Lourenço dos Santos<sup>1</sup>, Ana Cecília Paula e Silva<sup>1</sup>, Ana Luiza Lima Almeida<sup>1</sup>, Nayane Rodrigues Gervasio<sup>1</sup>, Thiago de Amorim Carvalho<sup>2</sup>

### ARTIGO DE REVISÃO

#### **RESUMO**

No Brasil, apesar da implementação de políticas afirmativas no SUS que ampliam a acessibilidade à população transgênero na saúde coletiva, os desafios para o acesso universal ainda persistem. Além disso, observa-se lacunas na formação em saúde e de seus profissionais. O objetivo deste trabalho foi analisar as barreiras que transexuais enfrentam no Sistema Único de Saúde (SUS) e reforçar a importância dos profissionais da equipe multiprofissional, incluindo o cirurgião-dentista, adotarem uma abordagem empática e inclusiva para com essas pessoas. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura acerca da temática, incluindo as publicações produzidas entre 2013 a 2023. É necessário ressaltar o preconceito e os estigmas de gênero que a população transexual sofre no acesso aos serviços de saúde, incluindo a odontologia oferecida pelo SUS. A falta de capacitação, aliada à estrutura de preconceitos enraizados, dificulta o atendimento empático e inclusivo, facilitando o afastamento e constrangimento dessas pessoas. É evidente que há necessidades de uma reforma social para dar visibilidade ao público transgênero, integrando-os de forma universal, equânime e integral desse público, aproximando-os dos serviços ofertados no SUS garantindo saúde e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Odontologia. Transgênero. Serviços de saúde para pessoas transgênero. Equidade no acesso aos serviços de saúde.

## **Barriers faced by the transgender people in dental care: a narrative review**

### **ABSTRACT**

In Brazil, despite the implementation of affirmative policies in the SUS that expand accessibility to the transgender population in public health, the challenges for universal access still persist. In addition, there are gaps in training in health and its professionals. The objective of this study was to analyze the barriers that transsexuals face in the Unified Health System (SUS) and reinforce the importance of professionals from the multidisciplinary team, including the dental surgeon, to adopt an empathetic and inclusive approach towards these people. A narrative review of the literature on the subject was carried out, including publications produced between 2013 and 2023. It is necessary to emphasize the prejudice and gender stigmas that the transsexual population suffers in accessing health services, including dentistry offered by the SUS. The lack of training, combined with the structure of rooted prejudices, makes empathetic and inclusive care difficult, facilitating the removal and embarrassment of these people. It is evident that there is a need for social reform to give visibility to the transgender public, integrating them in a universal, equitable and integral way, bringing them closer to the services offered by the SUS, guaranteeing health and quality of life.

**Keywords:** Dentistry. Transgender. Health services for transgender people. Equity in access to health services.

**Instituição afiliada** – <sup>1</sup> Curso de Odontologia. Acadêmico da Liga de Sexualidade do Centro Universitário de Patos de Minas (LASU/UNIPAM). Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG.

<sup>2</sup> Orientador. Cirurgião-dentista. Professor Adjunto do Curso de Odontologia. Orientador da Liga de Sexualidade do Centro Universitário de Patos de Minas (LASU/UNIPAM). Centro Universitário de Patos de Minas, MG.

**Dados da publicação:** Artigo recebido em 25 de Outubro e publicado em 05 de Dezembro de 2023.

**DOI:** <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n5p4587-4597>

**Autor correspondente:** Thiago de Amorim Carvalho [thiaqocarvalho@unipam.edu.br](mailto:thiaqocarvalho@unipam.edu.br)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## **INTRODUÇÃO**

No contexto da saúde coletiva no Brasil várias políticas de saúde vêm sendo instituídas no Sistema Único de Saúde (SUS) com intuito de gerar mais acessibilidade para a população transgênero. Uma das iniciativas importantes foi a Carta dos Direitos dos usuários da saúde em 2006, que garantiu o direito do uso do nome social no setor de saúde pública. Além disso, em 2008 ocorreu um grande marco que foi a Conferência Nacional de LGBT, que promoveu a discussão de diversas problemáticas existentes e auxiliou com que em 19 de agosto do mesmo ano fosse publicado a Portaria nº 457, que implantou o direito pelo SUS a cirurgias de redesignação de sexo para transexuais femininas (Popadiuk, Oliveira, Signorelli, 2017).

Transgeneridade é o termo indicado para a pessoa transgênero, comumente chamadas de trans, no qual a mesma não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento.

Entende-se a transgeneridade como a identidade de gênero, dessa forma, um homem trans seria aquele que nasceu com o gênero feminino, mas se identifica com o gênero masculino, enquanto a mulher trans seria aquela que nasceu com o gênero masculino e se identifica com o feminino, o que é diferente da orientação sexual que se relaciona com a tração física/emocional/sexual. Pessoas trans são ainda pouco compreendidas pela sociedade em geral devido ao preconceito e a falta de informações e por muitas vezes sofrem assédio e discriminação (WINTER et al. 2016)

Quando se fala da formação de profissionais da saúde nos campos da medicina, enfermagem e odontologia, observa-se atualmente um maior interesse e preparo para atendimento de pacientes LGBTQIA+. Com isso, mais especificamente na Odontologia, observou-se no Brasil, que alunos da graduação procuram promover um atendimento de forma respeitosa. Porém, ainda existe uma lacuna na formação desses profissionais em relação às temáticas específicas tais como terapias hormonais e procedimentos faciais de masculinização e feminização (VAROTTO et al. 2022)

Quando se trata de barreiras, o que se percebe é que existe associação a opiniões religiosas e conservadoras entre os profissionais, que acreditam que o ser humano deveria seguir um padrão. Muito se fala dentro dos estigmas religiosos sobre

os trans, devido ao fato de acreditarem que seria pecado uma pessoa que é biologicamente do gênero feminino se identificar com o gênero masculino e vice e versa.

Além disso, mesmo que ainda existam políticas para promover a equidade, como o direito em utilizar o nome social no lugar do nome de registro, ainda existem profissionais de saúde que não se respeitam esse direito, o que causa um desconformo ainda maior para usuários transgêneros (Silva et al., 2017; Silva; Finkler; Moretti-Pires, 2019).

O objetivo deste trabalho foi destacar e analisar as barreiras que transexuais enfrentam no Sistema Único de Saúde (SUS) e além disso reforçar a importância dos profissionais da equipe multiprofissional, incluindo o cirurgião-dentista, adotarem uma abordagem empática e inclusiva para com essas pessoas.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio de busca de artigos nos idiomas português, espanhol e inglês na base de dados PubMed, EBSCOhost e Scielo. Foram utilizados os seguintes descritores: “Transgênero” e “Saúde Bucal” associados ao operador booleano “AND”, seus termos correlatos em espanhol “Transgénero” e “Salud Bucal”, e correlatos em inglês “Transgender” e “Oral Health”. A pergunta do estudo foi elaborada a partir da estratégia PCC (JBI, 2021), no qual P (paciente) corresponde às pessoas transgênero, C (conceito) corresponde ao acesso a serviços de saúde bucal, e o C (contexto) corresponde às barreiras eventualmente encontradas para o acesso ao serviço de saúde bucal. A pergunta do estudo ficou estruturada da seguinte forma: “Quais as barreiras para o acesso à saúde bucal enfrentadas pelas pessoas transgênero?”.

Foram incluídos ao trabalho, artigos de 2013 a 2023, nos idiomas inglês, espanhol e português. Observa-se na Tabela 1 os critérios de inclusão e exclusão pré-determinados para inclusão dos artigos selecionados para análise.

**Tabela 1** - Critérios de inclusão e exclusão elencados para seleção dos artigos.

<b>Critérios de inclusão</b>	Revisões sistemáticas Meta-análises Estudos clínicos Revisões Estudos randomizados disponíveis em texto completo	2013 a 2023	Português, Espanhol e Inglês
<b>Critérios de exclusão</b>	Artigos duplicados Literatura Cinzenta	Aqueles que corresponde a trabalhos não revisados pelos pares em processos editoriais cegos	

Fonte: dados da pesquisa (2023).

## **REVISÃO DA LITERATURA E DISCUSSÃO**

Os estigmas e preceitos de gênero e comportamento incrustados na sociedade, possibilita que preconceitos e segregações se desenvolvam, enquadrando-se em um problema social.

A saúde sendo um dos pilares de uma sociedade, é diretamente afetada quando tais estigmas afastam a população dos serviços de saúde pública ofertada pelo Estado, como a odontologia. Esse movimento se intensifica quando há uma falta de capacitação dos servidores públicos, bem como a institucionalização de preconceitos enraizados com base na ideia de binariedade dos conceitos de masculino e feminino. Com o avanço da tecnologia, e com estudos formalizados, a biologia do ser humano já não é abordada com tanta simplicidade, transcendendo até mesmo o conceito de gênero, possibilitando o surgimento da população trans, cuja conquista de direitos civis está permeada por lutas e reivindicações (Rigolon, 2020).

De fato, a discriminação que transgêneros enfrentam é um fenômeno extremamente complexo e persistente, evidente em múltiplas esferas da sociedade. Este preconceito manifesta-se de maneira rotineira, impregnando o ambiente escolar, o ambiente de trabalho, espaços públicos e até mesmo o âmbito familiar, através de

injúrias verbais, insultos, assédio verbal e, em alguns casos, chegando à violência física. Não obstante, esses fatores não impactam somente a saúde mental dessas pessoas, mas também têm efeitos negativos na saúde bucal, visto que esses pacientes por afastarem dos serviços públicos de saúde priorizam o autocuidado e automedicação, agravando ainda mais os problemas que enfrentam e afastando de um diagnóstico acurado e de uma propedêutica clínica adequada (Tamrat, 2022).

Diante disso, o público transgênero encontra barreiras quanto ao acesso ao atendimento odontológico no SUS, desde a sua chegada às unidades de saúde até sua saída, como por exemplo o uso do nome de registro em detrimento do nome social. Sabe-se que o nome de uma pessoa é algo que dá visibilidade perante a sociedade, porém o fato da demora em atualizações nos sistemas de informação dos SUS, possibilita que esse público enfrentam um grande constrangimento no momento de serem tratadas pelo seu nome social, visto que os sistemas utilizados para compor prontuários, por exemplo, utilizam o nome de registro desses pacientes por não ter um campo específico para o nome social. (SILVA, 2017).

Isso remonta um cenário caótico onde as atitudes dos servidores se confundem entre o que deve ser seguido e o que deve ser aplicado ao se dirigir a esses pacientes, levando ao constrangimento dessas pessoas no momento de serem atendidas e, como consequência, afastá-las dos serviços de Saúde. Conforme relatado por Rigolon (2020): “Os corpos trans colocam em jogo a heteronormatividade, vistos como corpos incoerentes em relação às normas sociais hegemônicas, o que muitas vezes provoca uma repulsa social.”

Ademais, os horários de atendimento odontológico são outra barreira enfrentada pelos transgêneros, pois dada as restrições impostas pelo mercado de trabalho formal, a alternativa restante é a prostituição, que normalmente se dá nos períodos noturnos. Sendo assim, os atendimentos no período da manhã muitas vezes não conferem um acesso universal para as demandas odontológicas, uma vez que estariam esgotadas pelo horário de seu ofício (Ferreira, 2019).

Somado a isso, por viverem em um estereótipo de aparência que condiciona as mulheres trans a uma necessidade de uma feminilização para serem reconhecidas em sociedade, muitas deixam de buscar os serviços de saúde por sentir a necessidade de

maquiarem-se para se apresentar à sociedade, gerando um cansaço e um desgaste extremo. Embora tenham a vontade de se tratarem, essas demandas geram um estresse ao público trans que os afastam dos serviços de saúde ofertados pelo Estado que, somado aos preconceitos de gênero, aumentam as taxas de absenteísmo tendo dificuldades para garanti-los uma boa qualidade de vida (Ferreira, 2019).

Inegavelmente, é perceptível a preocupante realidade de que alguns cirurgiões-dentistas não estão corretamente preparados para atender essa comunidade com entendimento e empatia. A falta de conhecimento sobre as particularidades da saúde bucal em pacientes transexuais pode acarretar, como resultado, experiências desagradáveis durante as consultas odontológicas. Além disso, é comum que alguns profissionais desconheçam os possíveis efeitos dos tratamentos hormonais empregados durante a transição de gênero, os quais podem ter impactos diretos na saúde bucal. Segundo Macri e Wolfe (2019) as alterações causadas pelo estrogênio e pela progesterona incluem eritema, hiperemia e discreto aumento no grau de mobilidade dental.

Essa realidade faz com que alguns pacientes transexuais evitam buscar atendimento odontológico pelo receio de serem alvo de discriminação ou constrangimento. Esse medo pode levá-los a adiar tratamentos essenciais, o que, por sua vez, pode agravar problemas de saúde bucal, ocasionando consequências prejudiciais à qualidade de vida dessas pessoas. Como resultado, segundo Tamrat (2022) a saúde bucal passa a figurar em segundo plano, o que acarreta, sem a frequência de consultas preventivas e de manutenção, uma maior prevalência de consultas de urgência nessa população.

Além disso, levando-se em conta que desde 1980, a transexualidade é vista como um transtorno disfórico pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que foi corrigido apenas em 2022, com a reclassificação do CID, retirando a transexualidade do espectro das patologias (Popadiuk, Oliveira, Signorelli, 2017). Nesse sentido, o público trans ainda encontra muita dificuldade aos acessos aos serviços públicos, remontando um cenário onde essas pessoas encontram profissionais incapacitados de atender suas demandas e, presenciando isso, optam por resolver suas demandas por conta própria, como o uso deliberado de hormônios, propiciando com que surja dificuldades ao acesso



de uma saúde pública, gratuita e de qualidade.

Atualmente, muitos profissionais da saúde não estão mais interessados com a possível “dor de dente” que o paciente trans relata ao chegar na clínica, mas prontamente são sempre indagadas a respeito se possuem algum histórico de infecções sexualmente transmissíveis (IST), não levando primeiramente em consideração o porquê que estão ali, o que as marginalizam e negligenciam a necessidade de um atendimento voltado para a causa e não classificando essas pessoas apenas a situações em que possam acontecer com qualquer outra, seja ela transgênero ou cisgênero, como as IST's (Rigolon, 2020).

Dessa maneira, por estarem diante dessa situação, muitos transgêneros se afastam dos serviços de saúde, e se tornam demanda reprimida, carente inclusive de busca ativa por parte da equipe, por serem resumidos apenas a essas moléstias, não se levando em consideração que elas são tão quanto passíveis de uma simples dor de dente e que essa dor não se correlaciona, necessariamente, com seu estado sorológico ou baseado em sua vida sexual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O SUS por estar construído sobre os pilares de universalidade, equidade e integralidade, tem como dever criar vínculos com a população para que ela possa se sentir acolhida pelo serviço e tratar suas demandas, devolvendo qualidade de vida independente da renda, da cor, do gênero e da religião. Entretanto, como pontuado no presente artigo, existem nós críticos na prestação de serviços devido a uma herança de um sistema cis-heteronormativo. Isso possibilitou que pessoas que não se encaixam nesses padrões, como o público transgênero, sejam marginalizados e assim, encontrando dificuldade ao acesso dos serviços ofertados pelo SUS.

Diante disso, há uma necessidade de capacitar os profissionais da saúde, desde a graduação, sobre o atendimento humanitário e consciente desse público. Isso auxiliará no processo de despatologização e, conseqüentemente, evitando a transfobia em todos seus aspectos dentro do SUS. Passos, como o atendimento pelo nome social e os manejos dos horários de atendimento, são o início de uma longa jornada para a devolutiva dos direitos civis negados a essa população, evitando assim o



constrangimento e o afastamento da população trans dos serviços de saúde.

Ademais, é relevante pontuar também que a mudança no comportamento dos servidores públicos não vai ocorrer de uma hora pra outra. Dessa forma, como discutido no presente artigo, as barreiras enfrentadas pelo público trans ainda estão longe de serem derrubadas, mas a capacitação de profissionais, é a chave para o início de uma revolução nas condutas tomadas frente a pacientes transgêneros.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, K. et al. Gênero e Odontologia: Um relato de experiência. **Revista da Faculdade de Odontologia - UPF**, v. 24, n. 3, p. 417–421, 2019.

MACRI, D; WOLFE, K. My preferred pronoun is she: Understanding transgender identity and oral health care needs. **Can J Dent Hyg.** v.53, n.2, p.110-117, 2019.

POPADIUK, G.S.; OLIVEIRA, D.C.; SIGNORELLI, M.C. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no sistema único de saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & saúde coletiva**, v.22, n. 5, p. 1509-1520, mai. 2017.

RIGOLON, M. et al. "Health does not discuss trans bodies": Oral History of transsexuals and transvestites. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. suppl 6, 2020.

SILVA, A.L.R; FINKLER, M.; MORETTI-PIRES, R.O.; Representações sociais de trabalhadores da atenção básica a saúde sobre pessoas LGBT. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.17, n 2, 2019.

SILVA, L. K. M. DA et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 835–846, jul. 2017.

TAMRAT, J. "Trans-forming" dental practice norms: Exploring transgender identity and oral health implications. **Can J Dent Hyg**, v.56, n.3, p.131-139, 2022.



**Barreiras enfrentadas pela população transgênero no atendimento odontológico: uma  
revisão narrativa**  
Santos *et. al.*

VAROTTO, B.L.R. *et al.* População LGBTQIA+: o acesso ao tratamento odontológico e o preparo do cirurgião dentista- uma revisão integrativa. **Revista da ABENO**, v.22, n.2, 2022.

WINTER, S. *et al.* Transgender people: health at the margins of Society. **Published online-  
www.thelancet.com** , p.1-11, june 17,2016.